



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 11/01/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### PIS/Pasep será pago para 23 milhões

Um total de 23 milhões de brasileiros receberão o abono salarial do PIS/Pasep 2022 em fevereiro e março, informou o ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, nesta segunda (10).

A Caixa vai fazer o pagamento do PIS (Programa de Integração Social) a 22 milhões, o correspondente a R\$ 19,5 bilhões e o Banco do Brasil terá mais 1 milhão de beneficiários com direito ao Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público). O valor total liberado neste ano será de R\$ 21,82 bilhões. Veja abaixo o calendário de pagamentos, quem tem direito e como será a consulta.

"Tudo será pago automaticamente em todas as comunidades atingidas pela chuva, no dia 8 de fevereiro será liberado pela Caixa", afirmou o presidente do banco, Pedro Guimarães, durante divulgação do calendário de pagamentos.

A consulta para saber se receberá o abono do PIS será feita pelo APP Caixa Trabalhador e pelo APP Caixa Tem apenas a partir de 1º de fevereiro, informou Guimarães. O Banco do Brasil informou que ainda não há data para início da consulta ao Pasep.

Conforme a Folha antecipou, a Caixa pagará o abono do PIS de 8 de fevereiro a 31 de março, de acordo com o mês de aniversário. Já o Banco do Brasil terá liberações do Pasep de 15 de fevereiro a 24 de março, segundo o número final de inscrição.

O abono do PIS é destinado a profissionais que trabalharam com carteira assinada em 2020. O do Pasep é devido a servidores federais, estaduais e municipais que se encaixam nas regras do programa.

"O Banco do Brasil informa que, até a presente data, não foi editada a resolução que disciplina o pagamento do abono salarial pelo Ministério do Trabalho/Codefat. O BB não recebeu o arquivo com dados de beneficiários do abono salarial. Não há ainda previsão de disponibilização de consulta nos canais do Banco do Brasil para os trabalhadores", informou, em nota.

Com o valor de até R\$ 1.212, o abono salarial poderá ser sacado até 29 de dezembro de 2022 por todos os beneficiários. O abono de 2022 varia de R\$ 101 a R\$ 1.212 e equivale à quantidade de meses trabalhados em 2020.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 11 de janeiro.

### Bolsonaro: complemento do Refis a pequenas empresas pode vir por lei complementar

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou nesta segunda-feira, 10, que a segunda parte da solução para o Refis (parcelamento de dívidas tributárias) a pequenas empresas e microempreendedores individuais (MEI) pode vir por meio de projeto de lei complementar. Se for esse o caso, disse o chefe do Executivo, é preciso que o texto tramite em regime de urgência no Congresso.

Em entrevista à Jovem Pan, Bolsonaro disse que deve editar entre esta segunda, 10, e terça, 11, uma portaria para solucionar "parcialmente" o impasse em torno do Refis. Mais cedo, o presidente havia dito que a medida sairia ainda hoje. Essa portaria, segundo Bolsonaro, deve atender a cerca de 75% dos micro e pequenos empresários.

De acordo com o presidente, se o "complemento" não vier por projeto de lei, a alternativa será o Congresso derrubar seu veto ao texto do programa de renegociação de dívidas.

Bolsonaro confirmou que se reuniu nesta tarde com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o Refis do Simples Nacional.

"Devemos ter uma portaria de hoje para amanhã, onde atende a 75% desses pequenos e micro empresários. A outra parte, o complemento final, ou fica através do projeto de lei complementar, desde que tramite de forma urgente no parlamento, ou, então, o parlamento derruba o veto", afirmou.

Desde a semana passada, o Congresso já se articula para derrubar o veto. Bolsonaro também voltou a dizer que vetou o projeto para não descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei Eleitoral.

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 11 de janeiro.

## **Pela primeira vez desde o Plano Real, cai volume de dinheiro em circulação**

Em meio à redução da demanda por papel-moeda e ao aumento da digitalização de pagamentos, o volume de dinheiro em circulação encerrou o ano passado em R\$ 339,01 bilhões, queda de 8,5% em relação a 2020 segundo dados do BC (Banco Central).

Em 31 de dezembro, eram 7,64 bilhões de cédulas e 28,64 bilhões de moedas nas mãos dos brasileiros.

De acordo com o BC, em 2020 houve aumento atípico de dinheiro vivo em circulação com a pandemia de Covid-19, especialmente em razão do pagamento do auxílio emergencial.

No período, o valor total alcançou R\$ 370,44 bilhões, 32% acima do ano anterior e maior da série histórica.

"Em 2020, em parte devido a efeitos causados pela crise sanitária, o meio circulante apresentou crescimento atípico, bastante superior ao crescimento anual médio observado nos últimos anos antes deste período. Atualmente, embora inferior ao valor de 2020, o meio circulante ainda se encontra acima do valor que alcançaria caso houvesse mantido, desde 2019, o mesmo crescimento médio anterior", explicou a autarquia.

"Com relação ao Pix, o surgimento de novos meios de pagamento sempre apresenta impactos sobre os hábitos de uso dos meios de pagamento anteriormente existentes, sendo necessário algum tempo para que a evolução desses impactos possa ser claramente mapeada", ressaltou a autarquia.

O BC trabalha agora para o lançamento da moeda digital brasileira, chamada de Real Digital. A ideia é que testes com o novo modelo monetário sejam feitos com consumidores até o 2023.

O dinheiro virtual deve ajudar a reduzir o uso de recursos em espécie. Trata-se de uma nova forma de representação da moeda já emitida pela autoridade monetária, assegurada e gerida pelo Estado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 11 de janeiro.

## **Valor do aluguel cai 0,61% em 2021, aponta novo índice da FGV**

Os preços de contratos de aluguéis residenciais recuaram 0,61% no acumulado de 2021. É o que aponta um indicador lançado nesta terça-feira (11) pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Trata-se do Ivar (Índice de Variação de Aluguéis Residenciais), que avalia dados de quatro capitais no país —São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre.

O novo indicador, diz o FGV Ibre, busca preencher uma lacuna do mercado imobiliário. O Ivar mede a evolução dos preços negociados em contratos entre inquilinos e proprietários, e não os valores de anúncios de aluguéis, como em outras pesquisas.

No recorte mensal, o novo indicador subiu 0,66% em dezembro de 2021. Houve desaceleração frente à taxa registrada no mês anterior, de 0,79%.

Entre novembro e dezembro, a taxa de variação mensal do Ivar desacelerou em São Paulo (de 0,78% para 0,48%) e Rio de Janeiro (de 1,46% para 1,03%).

No acumulado de 12 meses, a pesquisa aponta que São Paulo registrou queda de 1,83% nos valores de aluguel residencial até dezembro. Porto Alegre também acumulou redução no ano, de 0,35%.

Por outro lado, a maior variação interanual foi verificada com Belo Horizonte, com alta de 1,46%. O Rio de Janeiro veio na sequência, com elevação de 0,46%.

Durante a pandemia, outro índice calculado pelo FGV Ibre, o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), teve disparada no Brasil. O indicador acumulou alta de 17,78% nos 12 meses de 2021.

Por servir muitas vezes como referência para reajustes de contratos de locação, o IGP-M ficou conhecido como inflação do aluguel. Porém, devido à escalada na crise, tem sido substituído em parte dos contratos.

O IGP-M mede os preços de itens diversos ao longo da cadeia produtiva —de matérias-primas agrícolas e industriais, passando pela construção, até serviços e bens finais para o consumidor.

Saiba mais em: [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br), terça-feira 11 de janeiro.